

## **Demonstrações financeiras**

### **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

31 de dezembro de 2019 com relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

# TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

## Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019

### Índice

Relatório da administração.....	1
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras .....	3
Balanço patrimonial.....	8
Demonstração dos resultados .....	9
Demonstração dos resultados abrangentes .....	10
Demonstração das mutações do patrimônio líquido .....	11
Demonstração do valor adicionado.....	13
1. Contexto operacional .....	14
2. Políticas contábeis .....	14
3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas .....	25
4. Caixa e equivalentes de caixa .....	26
5. Contas a receber.....	27
6. Impostos a recuperar.....	28
7. Imposto de renda e contribuição social .....	28
8. Imobilizado .....	30
9. Intangível .....	31
10. Partes relacionadas .....	32
11. Outros créditos.....	33
12. Empréstimos e financiamentos .....	33
13. Debêntures .....	34
14. Contrato de concessão .....	36
15. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.....	38
16. Outras obrigações.....	39
17. Impostos e contribuições a recolher .....	39
18. Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV .....	39
19. Patrimônio Líquido .....	40
20. Instrumentos financeiros e riscos de mercado .....	41
21. Lucro por ação .....	44
22. Receita operacional líquida .....	45
23. Despesas operacionais por natureza.....	45
24. Resultado financeiro.....	46
25. Outras receitas e despesas operacionais, líquidas .....	46
26. Seguros .....	47
Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras .....	48
Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes .....	49



## Relatório da Administração 2019

Paranaguá, 23 de março de 2020.

Senhores Acionistas,

A administração da TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S/A (“Companhia”) em conformidade com as disposições estatutárias e legais submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração e as correspondentes demonstrações financeiras, referentes ao exercício de 2019, acompanhadas do relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras, que foi devidamente conferido e aprovado por esta Diretoria.

Em 2019 a Companhia finalizou expansão do cais de atracação e do berço do Terminal com investimentos superiores a R\$600 milhões, sendo a maior obra do setor portuário do Brasil nos últimos anos. Com a finalização das obras, o cais da TCP passou de 879 metros para 1.099 metros de extensão e de 40,75 metros de largura para 50 metros de largura, o que permitiu o início de operação do quarto berço do Terminal, que passou a contar com dois novos portêineres fabricados pela empresa chinesa ZPMC (Shanghai Zhenhua Port Machinery Co. Ltd).

No aspecto operacional, a TCP movimentou 915.242 TEUS (Twenty-foot equivalent unit) em 2019, um aumento de 12,5% em relação a 2018. Os setores que mais impulsionaram o crescimento foram reefer (14%), papel e celulose (31%) e automotivo (6%).

Em relação às demonstrações financeiras do exercício de 2019, a Receita Líquida foi de R\$ 668,8 milhões, valor 1,7% maior que no mesmo exercício do ano anterior, quando a Receita Líquida foi de R\$ 657,4 milhões.

O EBITDA Ajustado da Companhia em 2019 teve uma redução de 4,7%, chegando ao valor de R\$ 383,3 milhões, contra R\$ 402,1 milhões do ano anterior.

Os gestores da Companhia estão atentos aos custos envolvidos na operação, sempre buscando as melhores oportunidades para obter o melhor resultado, sendo que os custos e despesas operacionais líquidas no ano de 2019 totalizaram R\$ 380,0 milhões, contra R\$ 340,3 milhões no exercício de 2018. O aumento dos custos e despesas da Companhia está diretamente ligado ao aumento do volume seja com aumento de mão de obra ou na utilização dos equipamentos.

Em 2019 tivemos variações positivas e negativas do IGP-M Índice Geral de Preços de Mercado o qual é utilizado no cálculo de atualização do contrato de concessão da Companhia, com isso, no decorrer do exercício foram geradas receitas nas variações mensais do contrato de concessão de R\$ 12,9 milhões e despesas de R\$ 145,5 milhões. O IGP-M acumulado em 2019 fechou positivo em (7,31%).

O resultado líquido positivo em 2019 foi de R\$ 47,2 milhões, contra R\$ 61,1 milhões no ano de 2018, sendo que o resultado financeiro líquido no exercício foi de R\$ 239,9 milhões, contra R\$ 238,1 milhões no exercício de 2018.

Os investimentos do exercício somaram R\$ 239,0 milhões, contra R\$ 353,0 milhões no exercício de 2018, sendo o maior investimento feito pela Companhia para a finalização da obra de expansão do cais e retroàrea através de aquisição de materiais e serviços.

A dívida bruta totalizou em 2019 R\$ 966,3 milhões, contra R\$ 1.090,6 milhões em 2018. A posição de caixa da Companhia no exercício foi a R\$ 117,0 milhões contra R\$ 252,0 milhões, no exercício de 2018.

Ainda sobre o aspecto operacional o MPH (Movimento por Hora Navio) médio foi de 75 em 2019 (87 em 2018).

Atenciosamente,

**Haisheng Shi**  
**Diretor Presidente**

**Shenglan Yao**  
**Diretora Financeira**

## **Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Administradores e Acionistas da  
**TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**  
Paranaguá - PR

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras do TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, do TCP - Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Principais assuntos de auditoria**

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

## **Reconhecimento de receita**

Mensalmente a Companhia realiza o reconhecimento da receita referente aos serviços prestados e não faturados por meio de lançamento de provisão dentro do mês de competência.

Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à magnitude dos montantes envolvidos e o grau de julgamento da Administração na estimativa da receita não faturada mensal, que pode acarretar no reconhecimento de receita em período incorreto e/ou de receita inexistente e, portanto, apresenta um risco de distorção relevante às demonstrações financeiras.

### **Como nossa auditoria conduziu este assunto**

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, o recálculo das estimativas de faturamento que resultam nos saldos reconhecidos nas demonstrações financeiras, testes de lançamentos não rotineiros efetuados nas contas de receita, além de inspeção de documentação para uma amostra de vendas registradas durante o exercício. Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos ajustes de auditoria nas contas de receita, sendo que estes ajustes não foram registrados pela administração da Companhia tendo em visto sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Com base no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o reconhecimento de receitas no exercício, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas adotadas pela Administração para o registro das receitas, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 2.3 e 22, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Contrato de concessão**

Mensalmente a Companhia realiza a atualização do contrato de concessão tomando-se como base o índice IGP-M. Adicionalmente, no cálculo prospectivo da atualização, outros elementos são considerados como o EVTEA (taxa de conversão de TEUs para boxes) e proporção de movimentação e remoção de contêineres, com base em projeções econômicas futuras.

Este assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, devido à magnitude dos montantes envolvidos e o grau de julgamento da Administração na atualização do cálculo da concessão e, portanto, apresenta um risco de distorção relevante às demonstrações financeiras.

### **Como nossa auditoria conduziu este assunto**

Nossos procedimentos incluíram, dentre outros, o recálculo da estimativa do passivo que resulta nos saldos reconhecidos nas demonstrações financeiras além da revisão das projeções econômicas elaboradas pela Administração da Companhia até o final da concessão.

Como resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, identificamos ajuste de auditoria, sendo que esse ajuste não foi registrado pela Administração da Companhia tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

As deficiências no desenho dos controles internos relativas ao registro da atualização do contrato de concessão que resultaram no ajuste identificado pela auditoria acima mencionado não alteraram nossa avaliação quanto à natureza, época e extensão de nossos procedimentos substantivos planejados para obter evidências de auditoria suficientes e adequadas referentes à rubrica de "Contrato de concessão", em função de nossa estratégia de auditoria já considerar a aplicação de procedimentos substantivos em natureza, extensão e época consistentes com nossa avaliação de risco. Levando isto em consideração, baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis as estimativas preparadas pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 14, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outros assuntos**

### *Demonstração do valor adicionado*

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor**

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.



- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

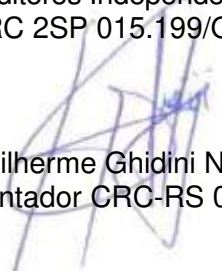
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Curitiba, 23 de março de 2020.

ERNST & YOUNG  
Auditores Independentes S.S.  
CRC 2SP 015.199/O-6



Guilherme Ghidini Neto  
Contador CRC-RS 067795/O-5

# TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

## Balanço patrimonial

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	31/12/19	31/12/18		Nota	31/12/19	31/12/18
<b>ATIVO</b>				<b>PASSIVO</b>			
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	4	117.019	252.038	Fornecedores		28.434	41.115
Contas a receber de clientes	5	54.846	54.145	Empréstimos e financiamentos	12	261.873	163.529
Estoques		702	104	Debêntures	13	49.825	32.075
Impostos a recuperar	6	17.086	2.598	Contrato de concessão	14	53.587	49.352
Partes relacionadas	10	-	1.998	Impostos e contribuições a recolher	17	3.349	21.503
Outros créditos	11	30.898	36.005	Dividendos	19	99.481	14.520
		<u>220.551</u>	<u>346.888</u>	Partes relacionadas	10	3.216	-
				Parcelamento dos impostos – REFIS	18	1.878	1.878
				Outras obrigações	16	22.728	19.479
						<u>524.371</u>	<u>343.451</u>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Depósitos judiciais	15	5.143	4.600	Fornecedores		4.088	-
Impostos a recuperar	6	1.732	1.732	Empréstimos e financiamentos	12	238.150	484.807
Outras contas a receber	5	5.634	5.634	Debêntures	13	416.474	410.161
Imobilizado	8	1.296.910	1.124.917	Contrato de concessão	14	1.868.932	1.790.378
Intangível	9	1.801.697	1.859.570	Parcelamento dos impostos – REFIS	18	6.679	8.450
		<u>3.111.116</u>	<u>2.996.453</u>	Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	15	8.669	10.925
				Impostos diferidos	7	56.168	49.240
						<u>2.599.160</u>	<u>2.753.961</u>
				<b>Patrimônio líquido</b>	19		
<b>Total do ativo</b>		<u><b>3.331.667</b></u>	<u><b>3.343.341</b></u>	Capital social		109.379	109.379
				Reservas de lucros		98.757	136.550
						<u>208.136</u>	<u>245.929</u>
				<b>Total do passivo e do patrimônio líquido</b>		<u><b>3.331.667</b></u>	<u><b>3.343.341</b></u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

### Demonstração dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto lucro por ações, expresso em Reais)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
Receita operacional líquida	22	668.818	657.405
Custo dos serviços prestados	23	(318.178)	(290.898)
Lucro bruto		350.640	366.507
Receitas (despesas) operacionais			
Despesas com vendas	23	(1.055)	(1.261)
Despesas gerais e administrativas	23	(60.782)	(48.112)
Outras receitas, líquidas	25	24.262	10.780
Total das despesas operacionais, líquidas		(37.575)	(38.593)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras		313.065	327.914
Resultado financeiro	24	(239.878)	(238.127)
Lucro antes dos impostos		73.187	89.787
Imposto de renda e contribuição social corrente	7	(19.091)	(26.447)
Imposto de renda e contribuição social diferido	7	(6.928)	(2.203)
Lucro líquido do exercício		47.168	61.137
Lucro líquido, básico e diluído, por ação – R\$	21	5,81	7,53

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstração dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

---

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	<b>47.168</b>	61.137
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	<b><u>47.168</u></b>	<b><u>61.137</u></b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro 2019 de 2018

(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros					Total
		Capital social	Reserva legal	Outras reservas	Lucros retidos	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2017		109.379	7.224	8.246	55.847	-	180.696
Lucro líquido do exercício	19	-	-	-	-	61.137	61.137
Dividendo mínimo proposto	19	-	-	-	-	(14.520)	(14.520)
Reversão de dividendos	19	-	-	-	18.616	-	18.616
Constituição de reserva legal	19	-	3.057	-	-	(3.057)	-
Reversão outras reservas	19	-	-	(8.246)	-	8.246	-
Lucros retidos		-	-	-	51.806	(51.806)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018		109.379	10.281	-	126.269	-	245.929
Reversão de dividendos	19	-	-	-	14.520	-	14.520
Dividendos distribuídos de exercícios anteriores	19	-	-	-	(88.279)	-	(88.279)
Lucro líquido do exercício	19	-	-	-	-	47.168	47.168
Dividendo mínimo proposto	19	-	-	-	-	(11.202)	(11.202)
Constituição de reserva legal	19	-	2.358	-	-	(2.358)	-
Lucros retidos	19	-	-	-	33.608	(33.608)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>		<b>109.379</b>	<b>12.639</b>	<b>-</b>	<b>86.118</b>	<b>-</b>	<b>208.136</b>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa – método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Lucro líquido do exercício	47.168	61.137
Depreciações	44.201	32.654
Amortizações	73.375	78.648
Baixas líquidas de imobilizado	21.536	26.144
Provisão juros sobre empréstimos	38.815	50.526
Provisão juros sobre mútuo	140	-
Provisão juros debêntures	54.580	59.366
Provisão juros leasing	273	-
Amortização custo debêntures e empréstimos	7.432	12.095
Provisão juros contrato de concessão	132.538	131.314
Constituição (reversão) de provisão crédito liquidação duvidosa	408	(1.314)
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.397	718
Imposto de renda diferido	6.928	2.203
	<u>429.791</u>	<u>453.491</u>
Varição nos ativos e passivos circulantes e não circulantes:		
Aumento das contas a receber de clientes	(1.109)	(1.271)
Redução (aumento) dos estoques	(598)	34
Redução (aumento) de outros créditos	5.107	(29.174)
Redução de partes relacionadas	-	(3.627)
Redução (aumento) de outros ativos circulantes e não circulantes	(15.020)	9.659
Redução de fornecedores	(11.636)	(8.064)
Aumento (redução) de impostos e contribuições a recolher	(3.584)	19.931
Impostos pagos	(16.365)	(8.090)
Contingências pagas	(4.653)	-
Aumento (redução) de outros passivos circulantes e não circulantes	3.250	(10.080)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais	<u>385.183</u>	<u>422.809</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS:</b>		
Adições do intangível	(14.193)	(13.449)
Adições do imobilizado	(227.828)	(339.315)
Venda de imobilizado	1.400	-
Recebimento de mútuos	1.998	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimentos	<u>(238.623)</u>	<u>(352.764)</u>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS:</b>		
Captação de empréstimos circulantes e não circulantes	-	300.000
Custo captação de empréstimo	-	(3.000)
Pagamentos de empréstimos (principal)	(150.017)	(217.837)
Pagamentos de juros sobre empréstimos	(42.759)	(58.035)
Pagamentos de debêntures (principal)	-	(160.095)
Pagamentos de juros sobre debêntures	(36.830)	(44.940)
Pagamentos leasing	(5.324)	-
Pagamentos contrato de concessão	(49.749)	(40.603)
Captações de mútuos	3.100	-
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de financiamento	<u>(281.579)</u>	<u>(224.510)</u>
Redução de caixa e equivalentes de caixa	<u>(135.019)</u>	<u>(154.465)</u>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA:</b>		
No início do exercício	252.038	406.503
No final do exercício	117.019	252.038
	<u>(135.019)</u>	<u>(154.465)</u>
Itens que não afetam caixa		
Imobilizado	<u>11.302</u>	<u>12.459</u>
Intangível	<u>1.309</u>	<u>903</u>

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Demonstração do valor adicionado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<b>Receitas</b>	<b>723.058</b>	721.601
Venda de mercadorias, produtos e serviços	<b>536.011</b>	524.043
Outras receitas	<b>187.455</b>	199.487
Comissões	-	(3.243)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	<b>(408)</b>	1.314
<b>Insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(161.090)</b>	(146.989)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	<b>(67.880)</b>	(68.807)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	<b>(93.210)</b>	(78.182)
Outras	-	-
<b>Valor adicionado bruto</b>	<b>561.968</b>	574.612
<b>Depreciação e amortização</b>	<b>(117.330)</b>	(111.302)
<b>Valor adicionado líquido produzido pela entidade</b>	<b>444.638</b>	463.310
<b>Valor adicionado recebido em transferências</b>	<b>48.805</b>	71.941
Receitas financeiras	<b>24.543</b>	61.161
Outras	<b>24.262</b>	10.780
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>	<b>493.443</b>	535.251
<b>Distribuição do valor adicionado</b>	<b>493.443</b>	535.251
<b>Pessoal</b>	<b>101.098</b>	83.177
Remuneração direta	<b>74.474</b>	53.451
Benefícios	<b>22.909</b>	26.479
F.G.T.S.	<b>3.715</b>	3.247
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>	<b>80.756</b>	91.650
Federais	<b>50.187</b>	66.100
Impostos diferidos	<b>6.928</b>	2.203
Estaduais	<b>89</b>	117
Municipais	<b>23.552</b>	23.230
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>264.421</b>	299.287
Juros	<b>246.758</b>	279.344
Variações cambiais	<b>400</b>	843
Outras	<b>17.263</b>	19.100
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>47.168</b>	61.137
Dividendos	-	-
Lucros retidos	<b>47.168</b>	61.137

As notas explicativas anexas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

---

### **1. Contexto operacional**

O Terminal de Contêineres de Paranaguá (a “Companhia” ou “TCP”) está localizado na Av. Portuária, S/N, Paranaguá, Estado do Paraná, e tem por objeto a exploração, sob o regime de concessão, de instalações portuárias destinadas a movimentação e armazenamento de contêineres, podendo desenvolver atividades logísticas complementares e necessárias aos clientes do terminal. Adicionalmente, seu plano de negócios demonstra que os resultados futuros de suas operações serão compatíveis com as obrigações do contrato de concessão.

O contrato de concessão do terminal do Porto de Paranaguá, possui prazo de concessão definido. Em 13 de abril de 2016 a Companhia celebrou o 10º. Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”) e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048. Este contrato pode ser interrompido pelo poder concedente (Appa) somente mediante a quebra nas movimentações anuais previstas no contrato. A Companhia cumpriu com as condições contratuais durante os exercícios findos em 2019 e 2018.

Em 4 de setembro de 2017, foi assinado um Contrato de Compra e Venda e Outras Avenças celebrado entre Kong Rise Development Limited (“Compradora”), Fundo de Investimento em Participações – Brasil de Private Equity Multiestratégia, Fundo de Investimento em Participações – Brasil de Private Equity II Multiestratégia, Fundo de Investimento em Participações – Brasil de Private Equity III Multiestratégia, Soifer Participações Societárias S.A., Pattac Empreendimentos e Participações S.A., Tuc Participações Portuárias S.A., Galigrain, S.A. e Grup Maritim TCB, S.L. (em conjunto “Acionistas Vendedores”), e China Merchants Port Holdings Company Limited, na qualidade de garantidora da Compradora, e TCP Participações S.A., como interveniente anuente (“TCP Participações”), por meio do qual a Compradora concordou em adquirir e os Acionistas Vendedores concordaram em vender 90% (noventa por cento) das ações emitidas pela TCP Participações, sujeito à satisfação de determinadas condições precedentes (“Contrato” e “Operação”).

Após a satisfação de todas as condições precedentes previstas no Contrato, dentre elas as aprovações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e da ANTAQ – Agência Nacional de Transportes Aquaviários, a Operação foi concluída em 23 de fevereiro de 2018.

### **2. Políticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas consistentemente em todos os períodos apresentados, salvo disposição em contrário.

#### **2.1 Apresentação das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária brasileira, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e, ainda, com base nas normas e procedimentos contábeis estabelecidos pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM. Somente as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as normas vigentes em 31 de dezembro de 2019.



## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

---

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras.

Itens significativos sujeitos a estimativas incluem: valor justo de instrumentos financeiros, perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros; impostos; e provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

As presentes demonstrações financeiras foram aprovadas pela Administração da Companhia em 23 de março de 2020.

### **2.2 Moeda funcional e conversão de moeda estrangeira**

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

#### **Transações e saldos**

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço, sendo todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

### **2.3 Reconhecimento de receita de contratos**

O CPC 47 estabelece um modelo de cinco etapas para contabilizar a receita proveniente de contrato com cliente e exige que a receita seja reconhecida em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera receber em troca da transferência de bens ou serviços para um cliente.

O CPC 47 exige que as entidades exerçam julgamento, levando em consideração todos os fatos e circunstâncias relevantes ao aplicar cada etapa do modelo a contratos com seus clientes.

#### **(a) Prestação de serviços**

A Companhia está envolvida na exploração, sob o regime de concessão, de instalações portuárias destinadas a movimentação e armazenamento de contêineres, podendo desenvolver atividades logísticas complementares e necessárias aos clientes do terminal. Adicionalmente, seu plano de negócios demonstra que os resultados futuros de suas operações serão compatíveis com as obrigações do contrato de concessão.

## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

---

De acordo com o CPC 47 / IFRS 15, o total da contraprestação desses contratos de serviço deverá ser atribuído aos serviços com base em seus preços de vendas individuais. Os preços de venda individuais são determinados com base na tabela de preços que a Companhia utiliza para as transações de venda de cada serviço separadamente.

Com base na avaliação da Companhia, o valor justo e os preços de venda de serviço individuais são amplamente similares.

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

### *Prestação de serviços*

A receita de serviços é reconhecida com base na movimentação dos contêineres, armazenagem, monitoramento de contêineres e outros serviços logísticos acessórios. A movimentação de contêineres refere-se a carga e descarga de navios e o reconhecimento desta receita ocorre quando da conclusão da operação de cada navio. A receita com os serviços de armazenagem refere-se ao período em que o contêiner permanece no pátio do terminal, sendo reconhecida sua receita quando do embarque no navio, tratando-se de exportação e quando da retirada pelo cliente do terminal quando tratar-se de importação. O serviço de monitoramento é registrado como receita quando da entrega do contêiner ao cliente ou embarcado no navio. Quando o resultado da movimentação de contêineres não puder ser medido de forma confiável, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

### *Provisões de receitas*

As provisões de receitas são registradas ao final de cada encerramento mensal, considerando o status de cada serviço prestado, para as quais será gerado documento fiscal pertinente no mês subsequente. Para os serviços prestados parcialmente, considera-se a porcentagem de conclusão dos mesmos até o encerramento do mês para o registro do valor.

### *Receita de juros*

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizados e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

## **2.4 Impostos**

### *Imposto de renda e contribuição social – corrente*

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço.

## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

---

### *Impostos diferidos*

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

### *Imposto sobre vendas*

Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre vendas, exceto quando:

- Os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não for recuperável junto às autoridades fiscais, hipótese em que o imposto sobre vendas é reconhecido como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e
- Os valores a receber e a pagar forem apresentados juntos com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas e serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas:

- Programa de Integração Social - PIS: 1,65%
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS: 7,6%
- Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS: 4% sobre Serviços de Armazenagem e 3% sobre os demais serviços de Operação Portuária

## **2.5 Instrumentos financeiros**

A Companhia não possui nenhum instrumento financeiro ou operação para o qual se tenha aplicado contabilidade de hedge em suas demonstrações financeiras.

## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

---

### ***Ativos financeiros***

#### ***Reconhecimento inicial e mensuração***

A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber.

#### ***Mensuração subsequente***

A mensuração subsequente de ativos financeiros depende da sua classificação, que pode ser da seguinte forma:

#### ***Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado***

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos financeiros mantidos para negociação e ativos financeiros designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Ativos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo. Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidas na demonstração do resultado.

#### ***Ativos financeiros ao custo amortizado***

São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Estes ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. Depósitos judiciais, contas a receber de partes relacionadas e contas a receber são classificados nesta categoria. Adicionalmente, A Companhia possui investimentos classificados como caixa e equivalentes de caixa inclusos nesta categoria.

#### ***Redução do valor recuperável de ativos financeiros***

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros não é recuperável. Um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro ou da Companhia de ativos financeiros que possa ser razoavelmente estimado. Evidência de perda por redução ao valor recuperável pode incluir indicadores de que as partes tomadoras do empréstimo estão passando por um momento de dificuldade financeira relevante. A probabilidade de que as mesmas irão entrar em falência ou outro tipo de reorganização financeira, *default* ou atraso de pagamento de juros ou principal e quando há indicadores de uma queda mensurável do fluxo de caixa futuro estimado, como mudanças em vencimento ou condição econômica relacionados com *defaults*.

## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

---

### ***Desreconhecimento (baixa) de ativos financeiros***

O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre somente quando os direitos contratuais sobre o fluxo de caixa do ativo são realizados ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os seus riscos e retornos para terceiros. Em transações onde tais ativos financeiros são transferidos para terceiros, porém sem a efetiva transferência dos respectivos riscos e retornos, o ativo não é desreconhecido.

### ***Passivos financeiros***

#### ***Reconhecimento inicial e mensuração***

Passivos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, são mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos para cálculo das despesas com juros. O método dos juros efetivos calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante. Estão aqui classificados os saldos de fornecedores, empréstimos e financiamentos, partes relacionadas e tributos parcelados.

#### ***Desreconhecimento (baixa) de passivos financeiros***

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

## **2.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos**

Os ativos e passivos monetários sujeitos a reajustes contratuais e monetários são atualizados até a data do balanço, sendo essas variações registradas no resultado do exercício a que se referem. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

## **2.7 Imobilizado**

Instalações e equipamentos são apresentados ao custo, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. O referido custo inclui o custo de reposição de parte do imobilizado e custos de empréstimo de projetos de construção de longo prazo, quando os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. O valor presente do custo esperado da desativação do ativo após a sua utilização é incluído no custo do correspondente ativo se os critérios de reconhecimento para uma provisão forem satisfeitos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados de forma prospectiva, se necessário, na data de encerramento do exercício.

## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

---

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

### **2.8 Ativos intangíveis**

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável. Não há ativos intangíveis gerados internamente.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se essa avaliação continua a ser justificável. Quando aplicável, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva.

### **2.9 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para a indústria em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não houve a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos não financeiros.

## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

---

### **2.10 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

Após reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

### **2.11 Caixa e equivalentes de caixa**

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins sendo representados por valores depositados em conta corrente e caixa. A Companhia também considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

### **2.12 Provisões**

#### **Geral**

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo.

A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

#### **Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas**

A Companhia é parte de diversos processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

### **2.13 Informações por segmento**

A Companhia desenvolve suas atividades de negócio considerando um único segmento operacional que é utilizado como base para a gestão e para a tomada de decisões.

## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

---

### **2.14 Demonstração do Valor Adicionado (“DVA”)**

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período. É apresentada, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras, por ser uma demonstração prevista e obrigatória para Companhias listadas no Brasil.

### **2.15 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2019**

#### **CPC 06 R2 (IFRS 16) Operações de arrendamento mercantil**

Em vigor desde 01 de janeiro de 2019, o CPC 06 (R2) - Operações de arrendamento mercantil, emitido pelo CPC é equivalente à norma internacional IFRS 16 – Leases. O CPC 06 (R2) estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de operações de arrendamento mercantil e exige que os arrendatários contabilizem todos os arrendamentos conforme um único modelo de balanço patrimonial.

A Companhia adotou a nova norma na data de vigência requerida com base no método de reconhecimento subsequente aplicando aos saldos e aos novos contratos a nova regra.

Norma emitida em 2016 pelo IASB e transformada em CPC 06 (R2) no final do ano seguinte, modifica a forma de reconhecimento das operações de arrendamento e/ou com características de arrendamento (direito de controle e benefício econômico), onde os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. O CPC 06 (R2) entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019 e substituiu o CPC 06 (R1) - “Operações de Arrendamento Mercantil” e correspondentes interpretações.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para os arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores pessoais) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, arrendamentos com prazo de 12 meses ou menos). Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece um passivo para efetuar os pagamentos (um passivo de arrendamento) e um ativo representando o direito de usar o ativo objeto durante o prazo do arrendamento (um ativo de direito de uso).

Dos contratos que foram escopo do IFRS 16, a Administração da Companhia considerou como componente de arrendamento somente o valor mínimo fixo para fins de mensuração do passivo de arrendamento. A mensuração do passivo de arrendamento corresponde ao total de pagamentos futuros de arrendamento e alugueis, líquidos de efeitos tributários, ajustado a valor presente, considerando a taxa nominal de desconto.

Desta forma, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia tem registrado em seu ativo imobilizado o valor de R\$ 8.765 referente aos contratos de locação e R\$ 4.237 como depreciação. O método de depreciação é linear. Por sua vez, os juros apropriados no período decorrentes do ajuste a valor presente efetuado no momento inicial totalizaram R\$ 284, sendo a taxa incremental utilizada equivalente a 9,87% a.a. Os montantes reconhecidos pela Companhia e os impactos no período findo em 31 de dezembro de 2019 estão abaixo informados:



## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>01/01/2019</u>
<b>Ativo</b>		
Direito de uso imobilizado	4.160	4.160
Aquisição direito de uso	5.408	-
Baixa líquida por rescisão do contrato	(559)	-
Depreciação acumulada	<u>(4.481)</u>	<u>-</u>
Total do ativo	<u>4.528</u>	<u>4.160</u>
<b>Passivo</b>		
Leasing a pagar – Circulante	4.528	3.849
Leasing a pagar – Não circulante	<u>-</u>	<u>311</u>
Total do passivo	<u>4.528</u>	<u>4.160</u>

Devido à adoção do CPC 06 (R2), o lucro antes das receitas e despesas financeiras da Companhia foi impactado de forma positiva no trimestre, e as despesas financeiras apresentaram aumento. Isso se deve à mudança na contabilização de despesas com arrendamentos.

A movimentação dos ativos de direito de uso no período findo em 31 de dezembro de 2019 está abaixo apresentada:

<b>Adoção inicial do CPC 06 (R2)</b>	<u>Consolidado</u>
Direito de uso	4.160
Aquisição direito de uso	5.408
Baixa de contrato	(559)
Depreciação do ativo de direito de uso	<u>(4.481)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>4.528</u>

A movimentação do passivo de arrendamento no período findo em 31 de dezembro de 2019 está abaixo apresentada:

<b>Adoção inicial do CPC 06 (R2)</b>	<u>Consolidado</u>
Passivo de arrendamento	4.160
Aquisição direito de uso	5.408
Atualização monetária (AVP)	284
Pagamentos	<u>(5.324)</u>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2019</b>	<u>4.528</u>

### ICPC 22 Incertezas em relação a tratamentos tributários

Esta interpretação esclarece como aplicar os requisitos de reconhecimento e mensuração do CPC 32 Tributos sobre o Lucro quando houver incerteza sobre os tratamentos de imposto de renda.

Nessas circunstâncias, a entidade deve reconhecer e mensurar o seu ativo ou passivo fiscal, corrente ou diferido, aplicando os requisitos do CPC 32 com base no lucro tributável (perda fiscal), nas bases fiscais, nas perdas fiscais não utilizadas, nos créditos fiscais não utilizados e nas alíquotas fiscais, determinadas como base nesta interpretação.

## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

---

Esta interpretação entrou em vigor em 1º de janeiro de 2019. A Companhia não identificou impactos relevantes em suas demonstrações financeiras em decorrência da aplicação dessa interpretação.

### **2.16 Mudança de Estimativa**

Conforme divulgado na Nota 14, em outubro de 1998 o “antigo TCP” (controlada adquirida e posteriormente incorporada pela Companhia) foi ganhador do contrato de concessão de exploração das Instalações Portuárias localizadas no Porto de Paranaguá para a implantação de um Terminal de Contêineres destinado à movimentação e armazenagem de contêineres e serviços auxiliares pelo prazo definido de 25 anos renovável por mais 25 anos (até 2048).

Conforme cláusula contratual, a Companhia é responsável por movimentar uma quantidade mínima, definida na proposta comercial inclusa no processo licitatório, sob pena de pagar multas que ultrapassam os valores a serem pagos conforme a quantidade mínima movimentada, caso essas quantidades mínimas não sejam efetivamente movimentadas.

Em 13 de abril de 2016 a empresa celebrou o 10º. Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”) e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048 e correspondeu a adição de R\$ 1.454.638, com contrapartida no ativo intangível. O valor do ativo intangível “Contrato de Concessão” em 31 de dezembro de 2019 é de R\$ 1.608.743, líquido da amortização acumulada.

#### **Alteração no método de amortização**

O período e o método de amortização de ativo intangível com vida útil definida são revisados pelo menos ao final de cada exercício. Caso a vida útil prevista do ativo seja diferente de estimativas anteriores, o prazo de amortização é devidamente alterado. Quando há alteração no padrão de consumo previsto, o método de amortização é alterado para refletir essa mudança.

Até 30 de junho de 2019, o método de amortização adotado para o ativo intangível – Contrato de Concessão era o método linear de acordo com o prazo determinado da concessão da exploração das atividades portuárias. Em 1 de julho de 2019, a Companhia alterou de forma prospectiva seu método de amortização do ativo intangível - Contrato de concessão, do método linear para o método dos “volumes produzidos” (no caso do TCP, quantidades movimentadas).

No entendimento da Administração, a partir da conclusão substancial do projeto de expansão, atrelado a extensão do prazo da concessão e as condicionantes estipuladas pelo Poder Público no Contrato de Concessão, que prevê movimentações mínimas e pagamentos variáveis determinados com base nas movimentações e transbordos de containers, este é o método que passa a refletir melhor o padrão de consumo do ativo.

Conforme consta na Nota 9, a amortização do contrato de concessão do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foi de R\$ 48.905 (R\$ 55.719 em 31 de dezembro de 2018), gerando uma redução de R\$ 6.814 no exercício.

## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

---

### **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas**

#### **Julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros.

No processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia, a Administração fez os seguintes julgamentos que têm efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras:

#### **Estimativas e premissas**

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

##### *Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros*

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem atividades de reorganização com as quais a Companhia ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhorarão a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste.

O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada.

##### *Impostos*

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado o amplo aspecto da legislação tributária bem como a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. Diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

### Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

### Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

## 4. Caixa e equivalentes de caixa

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Caixa e bancos	<b>3.912</b>	4.106
Aplicações financeiras		
Banco Santander	<b>39.160</b>	55.797
Banco Itau	<b>42.912</b>	-
Banco Bradesco	<b>5.020</b>	4.470
Banco BTG	-	57.813
Banco Paraná	<b>10.087</b>	28.833
Caixa Econômica Federal	<b>5.870</b>	40.416
Banco CCB	<b>10.058</b>	57.516
Banco Safra	-	3.087
	<b>117.019</b>	252.038

As aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a certificados de depósito bancário, remunerados a taxas que variam de 90% a 101% em 31 de dezembro de 2019 (90% a 103% em 31 de dezembro de 2018) do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. Não existem saldos com restrições de caixa.

A Companhia detém saldos em disponibilidades para receber fluxos de caixa contratuais e vende ativos financeiros para reinvestir em ativos financeiros com rendimentos mais elevados, buscando assim atender suas necessidades diárias de liquidez.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

### 5. Contas a receber

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Clientes	45.878	48.534
Serviços prestados e não faturados	15.407	11.644
Outros	51	49
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(856)	(448)
	<u>60.480</u>	<u>59.779</u>
Circulante	54.846	54.145
Não circulante	5.634	5.634

Os saldos de contas a receber de clientes estão representados por créditos relativos aos faturamentos dos serviços prestados aos clientes com giro inferior a 30 dias de liquidação. A Companhia opera com clientes concentrados e em 31 de dezembro de 2019 os 5 principais clientes representam em torno de 45% (41% em 31 de dezembro de 2018) do total da carteira. Os saldos referentes a contas a receber não circulante possuem processos judiciais nos quais garantias foram ajuizadas em favor da Companhia, pelo valor integral em aberto.

A análise do vencimento de saldos de contas a receber de clientes é a seguinte:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
A vencer	44.786	47.947
Vencidos:		
De 1 a 30 dias	5.534	2.887
De 31 a 90 dias	2.114	1.424
De 91 a 180 dias	651	469
Acima de 180 dias	8.251	7.500
<b>Total</b>	<u>61.336</u>	<u>60.227</u>

Os valores apresentados na provisão para crédito de liquidação duvidosa representam o valor imparcial da probabilidade de perda dos recebíveis sobre condições atuais e previsões de condições econômicas futuras para os exercícios findo em 31 de dezembro de 2019 e 2018.

A provisão para crédito de liquidação duvidosa totalizava R\$ 856 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 448 em 31 de dezembro de 2018).

A movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Saldo no início do exercício	(448)	(1.762)
Constituição de provisão	(523)	(686)
Reversão de provisão	115	2.000
Saldo no final do exercício	<u>(856)</u>	<u>(448)</u>

Clientes vencidos que estão no ativo não circulante R\$ 5.634 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 5.634 em 2018), estão em fase de cobrança judicial.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

### 6. Impostos a recuperar

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Provisão IR s/aplicações	995	1.677
INSS a recuperar	904	859
ISS a recuperar	1.732	1.732
Pis a compensar <sup>1</sup>	2.697	-
Cofins a compensar <sup>1</sup>	12.424	-
Outros impostos a recuperar	66	62
Saldo no final do exercício	<u>18.818</u>	<u>4.330</u>
Parcela no circulante	17.086	2.598
Parcela no não circulante	1.732	1.732

1 – Durante o exercício de 2019 a Companhia levantou créditos extemporâneos de PIS e Cofins relativos aos cinco últimos anos, cuja compensação irá ocorrer mediante a compensação com tributos devidos no próximo exercício.

### 7. Imposto de renda e contribuição social

#### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Baseado em expectativa de lucratividade e no plano de negócios aprovado pela Administração e Acionistas, a Companhia registrou imposto de renda e contribuição sociais diferidos ativos sobre as diferenças temporárias (basicamente provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas e provisão para créditos de clientes de liquidação duvidosa). Adicionalmente, a Companhia constitui imposto de renda diferido passivo sobre diferenças temporárias, como amortização fiscal do ágio e juros capitalizados sobre as obras em andamento. O saldo entre ativo e passivo é registrado líquido no balanço patrimonial.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm a seguinte composição:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
<i>Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas</i>	8.669	10.925
<i>Provisão para créditos de liquidação duvidosa</i>	856	448
<i>Outras diferenças temporárias</i>	524	3.313
<i>Prejuízo fiscal</i>	-	19.582
	<u>10.049</u>	<u>34.268</u>
<i>Alíquota</i>	34%	34%
Total Imposto diferido ativo	<u>3.417</u>	<u>11.651</u>
<i>Amortização do ágio</i>	(141.103)	(146.007)
<i>Juros capitalizados</i>	(33.399)	(31.816)
<i>Custo de captação de empréstimo</i>	(748)	(1.268)
	<u>(175.250)</u>	<u>(179.091)</u>
<i>Alíquota</i>	34%	34%
Total imposto diferido passivo	<u>(59.585)</u>	<u>(60.891)</u>
Total líquido	<u>(56.168)</u>	<u>(49.240)</u>

**TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

**b) Impostos de renda e contribuição social – alíquota efetiva**

	31/12/2019		31/12/2018	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Resultado antes dos impostos	<b>73.187</b>	<b>73.187</b>	89.787	89.787
Alíquotas	<b>25%</b>	<b>9%</b>	25%	9%
Tributos	<b>(18.297)</b>	<b>(6.587)</b>	(22.447)	(8.081)
Adições permanentes	<b>(201)</b>	<b>(73)</b>	(116)	(42)
Diferença de alíquota	<b>18</b>	-	18	-
Outros	<b>(579)</b>	<b>(300)</b>	1.557	461
Total de tributos lançados ao resultado	<b>(19.059)</b>	<b>(6.960)</b>	(20.988)	(7.662)
Alíquota efetiva	<b>26%</b>	<b>10%</b>	23%	9%
Tributos correntes	<b>(13.966)</b>	<b>(5.125)</b>	(19.369)	(7.078)
Tributos diferidos	<b>(5.093)</b>	<b>(1.835)</b>	(1.619)	(584)





## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

	Taxa média anual - %
Edificações e instalações	2,34%
Equipamentos	2,85%

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019 foram capitalizados juros sobre empréstimos no montante de R\$2.942 (R\$7.613 em 2018) os quais são oriundos do imobilizado em andamento além das obras de expansão do cais para cumprir o contrato de renovação da concessão.

As vidas úteis dos bens levam em consideração a data final do período de concessão e a vida útil do bem, sempre utilizando das duas a menor. Nos exercícios apresentados, não foram identificados eventos que indicassem a necessidade de efetuar cálculos para avaliar eventual redução do imobilizado ao seu valor de recuperação.

## 9. Intangível

Vida útil	5 anos	5 anos	25 anos	22 anos	
Custo	Gastos com software	Estudos, projetos e detalhes	Contrato concessão	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2017	89.563	5.987	2.112.411	159.503	2.367.464
Aquisições	14.352	-	-	-	14.352
Transferências	-	-	-	-	-
Saldo em 31/12/2018	103.915	5.987	2.112.411	159.503	2.381.816
<b>Aquisições</b>	<b>15.462</b>	<b>40</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15.502</b>
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>119.377</b>	<b>6.027</b>	<b>2.112.411</b>	<b>159.503</b>	<b>2.397.318</b>
Amortização	Gastos com software	Estudos, projetos e detalhes	Contrato concessão	Ágio	Total
Saldo em 31/12/2017	(31.135)	(4.830)	(399.044)	(8.589)	(443.598)
Amortização	(20.008)	1.987	(55.719)	(4.908)	(78.648)
Saldo em 31/12/2018	(51.143)	(2.843)	(454.763)	(13.497)	(522.246)
<b>Amortização</b>	<b>(19.345)</b>	<b>(217)</b>	<b>(48.905)</b>	<b>(4.908)</b>	<b>(73.375)</b>
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>(70.488)</b>	<b>(3.060)</b>	<b>(503.668)</b>	<b>(18.405)</b>	<b>(595.621)</b>
<b>Saldo em 31/12/2019</b>	<b>48.889</b>	<b>2.967</b>	<b>1.608.743</b>	<b>141.098</b>	<b>1.801.697</b>
Saldo em 31/12/2018	52.772	3.144	1.657.648	146.006	1.859.570

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Os gastos com softwares são amortizados em 5 anos. Os ativos intangíveis relacionados ao contrato de concessão (incluindo o Ágio) são amortizados com base no prazo da concessão, conforme mencionado na nota 2.16.

O período e o método de amortização dos ativos intangíveis com vida útil definida são revisados pelo menos anualmente. Caso a vida útil prevista do ativo seja diferente de estimativas anteriores, o prazo de amortização deve ser devidamente alterado. Se houver alteração no padrão de consumo previsto, o método de amortização deve ser alterado para refletir essa mudança. Tais mudanças devem ser registradas como mudanças nas estimativas contábeis, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança nas Estimativa e Retificação de Erro.

O valor do ágio representa o valor da mais valia oriundo de aquisição devido à reestruturação societária realizada em 2011, apurado após a alocação do preço de aquisição com base na avaliação dos ativos e passivos avaliados a valor justo efetuado por empresa independente. Nos exercícios apresentados, não foram identificados indicadores de redução dos ativos intangíveis e ajustes para redução dos saldos aos seus valores de recuperação.

### 10. Partes relacionadas

	Ativo		Passivo	
	Mutuo		Mutuo	
	31/12/2019	31/12/2018	31/12/2019	31/12/2018
	(a)	(a)	(b)	(b)
TCP LOG	-	1.998	-	-
TCP Participações	-	-	3.216	-
	-	1.998	3.216	-

- Em junho de 2019, o mutuo entre TCP Terminal e o TCP LOG (R\$ 1.998 em 2018) foi integralmente quitado. Sobre os valores do mútuo incidia a taxa de 100% do CDI, acrescido exponencialmente de spread de 1% ao ano.
- Em abril de 2019 a Companhia efetuou contrato de mútuo com a sua Controladora TCP Participações S.A. no valor de R\$ 3.100. Sobre os valores do mutuo incide a taxa de 100% do CDI, acrescido exponencialmente de spread de 1% ao ano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019 a Companhia efetuou pagamento no valor de R\$ 67.401 (R\$ 120.861 em 31 de dezembro de 2018) referente ao contrato de construção civil assinado em 01 de outubro de 2016 sob o regime de Empreitada Global com a empresa Porto Construtora de Obras Ltda., a qual é responsável pelos serviços de engenharia e construção civil, das obras de ampliação do terminal, no valor global de R\$ 577.740. A empresa Porto Construtora de Obras Ltda. é parte relacionada da Companhia através do acionista TUC Participações Portuárias S.A., o qual possui relação com a Porto Construtora de Obras Ltda. através da empresa Tucumann Engenharia e Empreendimentos Ltda. Foi pago em 5 de setembro de 2019, a título de bônus de performance adicional, o valor de R\$ 5 milhões conforme Cláusula 20.3 do Contrato.

Em 01 de outubro de 2019 a Porto Construtora de Obras Ltda. apresentou ao TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S/A a carta fiança bancária em seu favor, dessa forma cumprindo todos os termos do contrato entre as partes, fazendo jus ao recebimento do bônus definido na Cláusula 20.1. O pagamento do valor bruto de R\$ 20 milhões de reais, foi efetuado pela Companhia da seguinte forma:

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

- (i) R\$ 19,2 milhões de reais foi pago dois dias úteis após a apresentação pela Porto Construtora da Garantia Adicional, em 3 de outubro de 2019; e
- (ii) R\$ 0,8 milhões de reais serão retidos pelo TCP e serão exclusivamente utilizados para a discussão com a Prefeitura Municipal de Paranaguá a respeito do ISS – Imposto sobre Serviços devido sobre os faturamentos relacionados com a obra (ISS Obra), conforme acordado em tal carta fiança.

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2019, foi aprovada a nova proposta de remuneração dos Administradores para o corrente exercício, no valor global e anual de até R\$11.653, a qual será alocada entre seus membros de acordo com o artigo 11 do Estatuto Social da Companhia. Foram registradas, no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, despesas com remuneração dos membros chaves da Administração no valor de R\$7.572 (R\$5.546 31 de dezembro de 2018). Não existem planos de benefícios pós emprego e remunerações baseadas em ações ou outras participações ou financiamentos aos administradores da Companhia.

### 11. Outros créditos

	31/12/2019	31/12/2018
Adiantamentos a fornecedores	4.025	398
Adiantamento de despesas – reembolso antigos acionistas <sup>1</sup>	11.856	10.079
Crédito a receber por quebra de condicionantes	2.342	7.792
Seguro a receber – sinistro porteineres 1 a 3	-	7.366
Seguros	11.650	7.058
Outros créditos	1.025	3.312
	<b>30.898</b>	<b>36.005</b>

1 – Despesas incorridas com transações anteriores a 23 de fevereiro de 2018, data da assinatura do contrato de venda da TCP Participações S.A. para a China Merchants Port Holdings Company Limited. Essas despesas são, por natureza, honorários advocatícios, custas judiciais, acordos trabalhistas anteriores à data da competência e que serão reembolsados à Companhia de acordo com os ex-acionistas. Em junho de 2019, foram recebidos R\$ 9.643, referentes a despesas reconhecidas em 2018.

### 12. Empréstimos e financiamentos

	Taxa anual de juros	31/12/2019	31/12/2018
Nota de Crédito à Exportação	CDI +1,15% a 3,00%	495.495	648.319
Finame	3,5%	-	17
Leasing	9,87%	4.528	-
		<b>500.023</b>	<b>648.336</b>

Passivo circulante	261.873	163.529
Passivo não circulante	238.150	484.807

Os empréstimos foram contratados em moeda nacional (R\$).

O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante ocorrerá da seguinte forma.

Ano	Saldo
2021	58.150
2022	60.000
2023	60.000
2024	60.000
<b>Total</b>	<b>238.150</b>

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

---

Os covenants vinculados aos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

- Dívida Líquida / EBITDA Ajustado: igual ou inferior a 3,5;
- EBITDA Ajustado / Despesa financeira ajustada: igual ou superior a 1,2.

Em 16 de fevereiro de 2018 a Companhia captou junto ao Banco Bradesco S.A. um empréstimo na modalidade NCE no valor de R\$ 300.000 (trezentos milhões de reais) os quais incidem juros a taxa de 100% da taxa média diária do CDI, acrescida exponencialmente de spread de 1,25%a.a.

A dívida possui como prazo de pagamento do principal os anos de 2020 a 2024. A referida obrigação possui covenants mensurados anualmente, com base nas demonstrações financeiras da TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A., e relativos a:

- Endividamento financeiro líquido / EBITDA < ou = 3,5 para 2018 e 3 para 2019;
- Índice de cobertura de juros = > a 1,75, em 2018 e 2 a partir de 2019;
- Pagamento de dividendos ou JSCP não devem superar o pagamento mínimo obrigatório;
- Patrimônio líquido não inferior a 100 milhões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia encontrava-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais, incluindo cláusulas de *covenants*, desses empréstimos e financiamentos. Atualmente a Companhia não possui bens dados em garantias de empréstimos e financiamentos, exceto os bens adquiridos pela modalidade Finame.

### 13. Debêntures

Em 15 de julho de 2016 foi aprovado pela Companhia conforme AGE a submissão pela Companhia do pedido de registro de Companhia aberta, como emissor na categoria B, perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM para a captação através da 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirográfica, com garantia adicional fidejussória. Em 6 de setembro de 2016 conforme AGE foram alteradas determinadas características da 1ª emissão de debêntures aprovada na AGE de 15 de julho de 2016.

O processo de registro de Companhia Aberta, na categoria B, foi deferido pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em 27 de outubro de 2016. Este registro teve por objetivo viabilizar a emissão de debêntures para a execução das obras de ampliação do terminal, conforme compromisso assumido na renovação de seu contrato de concessão em abril de 2016, além do alongamento do prazo de pagamento das dívidas atuais de curto prazo da Companhia. A emissão ocorreu em 01 de novembro de 2016, cujo valor total foi de R\$ 588.142 em 3 (três) séries distintas, com prazos de pagamento variáveis para cada série, sendo de 3 anos o menor e 6 anos para o maior prazo de amortização. A remuneração é de 100% do CDI acrescido de 3,40% para as emissões de primeira série, 3,9% para as emissões de segunda série e IPCA + 7,82% para as emissões de terceira série.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Debêntures	Taxa (remuneração)	Taxa efetiva	31/12/19	31/12/18
Debêntures 1ª série	CDI +3,40%	16,16%a.a.	<b>100.000</b>	100.000
Custo captação			<b>(2.657)</b>	(2.657)
Juros e custos apropriados			<b>22.101</b>	22.101
Juros pagos			<b>(19.444)</b>	(19.444)
Amortização			<b>(100.000)</b>	(100.000)
Debêntures 2ª série	CDI +3,90%	15,74%a.a.	<b>60.095</b>	60.095
Custo captação			<b>(1.800)</b>	(1.800)
Juros e custos apropriados			<b>13.950</b>	13.950
Juros pagos			<b>(12.150)</b>	(12.150)
Amortização			<b>(60.095)</b>	(60.095)
Debêntures 3ª série	IPCA +7,82%	14,66%a.a.	<b>428.047</b>	428.047
Custo captação			<b>(37.876)</b>	(37.876)
Juros e custos apropriados			<b>180.309</b>	119.416
Juros pagos			<b>(104.181)</b>	(67.351)
Total Captado			<b>588.142</b>	588.142
Total custo de captação			<b>(42.333)</b>	(42.333)
Total líquido captado			<b>545.809</b>	545.809
Total juros e custos apropriados			<b>216.360</b>	155.467
Juros pagos			<b>(135.775)</b>	(98.945)
Amortização			<b>(160.095)</b>	(160.095)
Saldo líquido atual			<b>466.299</b>	442.236
Passivo circulante			<b>49.825</b>	32.075
Passivo não circulante			<b>416.474</b>	410.161

O vencimento das parcelas classificadas no passivo não circulante ocorrerá da seguinte forma.

Ano	Saldo
2021	<b>130.795</b>
2022	<b>285.679</b>
<b>Total</b>	<b>416.474</b>

Os covenants vinculados as debêntures são medidos com periodicidade trimestral, com base nas informações financeiras combinadas da Companhia e sua coligada TCP Log S.A., e estão demonstrados a seguir:

**Caixa Mínimo Livre:** igual ou superior a R\$50.000 (cinquenta milhões de reais).

### **Dívida Líquida / EBITDA Ajustado:**

- igual ou inferior a 3,5 vezes, durante os trimestres relativos aos exercícios sociais a serem encerrados em 31 de dezembro de 2016, 2017 e 2018;
- igual ou inferior a 3,0 vezes, a partir do 1º (primeiro) trimestre, inclusive, do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019, ou seja, a partir de 31 de março de 2019, inclusive.

## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

---

### **EBITDA Ajustado / Despesa financeira ajustada:**

- i) igual ou superior a 1,50 vezes, durante os trimestres relativos aos exercícios sociais a serem encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2017;
- ii) igual ou superior a 1,75 vezes, a partir do 1º (primeiro) trimestre, inclusive, do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2018, ou seja, a partir de 31 de março de 2018; ou
- iii) igual ou superior a 2,00 vezes, a partir do 1º (primeiro) trimestre, inclusive, do exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2019, ou seja, a partir de 31 de março de 2019, inclusive.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia encontrava-se em cumprimento de todas as cláusulas contratuais das debêntures emitidas.

## **14. Contrato de concessão**

### **a) Registro da obrigação**

Em outubro de 1998 o “antigo TCP” (controlada adquirida e posteriormente incorporada pela Companhia) foi ganhador do contrato de concessão das Instalações Portuárias localizadas no Porto de Paranaguá para a implantação de um Terminal de Contêineres destinado à movimentação e armazenagem de contêineres e serviços auxiliares pelo prazo de 25 anos renovável por mais 25 anos (até 2048).

Conforme o contrato com a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina (“APPA”), a remuneração pela concessão de exploração do Terminal Portuário de Paranaguá será paga pela Companhia mensalmente durante a vigência do mesmo. A remuneração é composta por uma parte fixa e outra variável. A parte fixa é baseada na metragem quadrada das áreas utilizadas e atualizada anualmente pelo IGP-M. A parte variável é calculada com base nas quantidades mínimas a serem movimentadas.

Conforme cláusula contratual, a Companhia é responsável por movimentar uma quantidade mínima, definida na proposta comercial inclusa no processo licitatório, sob pena de pagar multas que ultrapassam os valores a serem pagos conforme a quantidade mínima movimentada, caso essas quantidades mínimas não sejam efetivamente movimentadas.

Em 13 de abril de 2016 a empresa celebrou o 10º. Aditivo Contratual junto ao poder concedente, União Federal, representada pela Secretaria dos Portos da Presidência da República, com interveniência da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (“ANTAQ”) e da APPA, que prorrogou antecipadamente a vigência do contrato 20/1998 até 7 de outubro de 2048 e correspondeu a adição de R\$ 1.454.638, com contrapartida no ativo intangível.

O valor registrado no passivo como “parcelas variáveis” refere-se à movimentação mínima obrigatória a ser executada e paga pela concessão. A Companhia está sujeita ao pagamento mínimo contratual, mesmo que não atinja e execute a movimentação mínima prevista, estando ainda sujeita a multas e demais penalidades previstas em contrato.

Em decorrência da prorrogação antecipada, o TCP fica obrigado a investir, por sua exclusiva conta e risco, no aprimoramento, atualização, ampliação e manutenção dos bens que integram a área concedida, de modo a propiciar o efetivo aumento de produtividade, otimização operacional da área portuária e dos serviços sob sua responsabilidade.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Os bens que integram a concessão, para o efeito de aprimoramento, atualização, ampliação, manutenção e substituição, são os veículos operacionais e equipamentos que forem adquiridos ou utilizados na operação do Terminal e as instalações de infraestrutura e superestrutura na área arrendada ao Terminal.

O TCP fica obrigado a realizar obras para a construção de (i) 220 metros de cais, totalizando 1.099 metros no total, (ii) 157,5 mil m<sup>2</sup> de retroárea, totalizando 487 mil m<sup>2</sup> e (iii) construção de *dolphins* perpendiculares ao cais para atracação de navios de veículos. Os investimentos aprovados pela Resolução ANTAQ No. 3.677, de 03 de outubro de 2014, somam R\$ 543.174, em valores de 2014.

Em 7 de novembro de 2017 foi assinado o 11º termo aditivo ao contrato de concessão que prorroga o prazo da Cláusula Quinta do Décimo Termo Aditivo de 12 meses para 24 meses da data da LI (Licença de instalação) ocorrida em 24 de novembro de 2017. Há ainda 180 dias de carência adicional ao prazo anterior, sem penalidades, para a conclusão da obra.

Adicionalmente ao montante previsto acima, o TCP deverá investir, de 2024 até o final da vigência contratual, o valor mínimo de R\$ 548.539, para assegurar a atualização e/ou substituição visando capturar ganhos tecnológicos, no mínimo, dos bens que integram a área concedida, e de outros equipamentos, incluindo gastos necessários para reparos, modernizações, substituições e relocalizações de trilhos dos contêineres, que aumentam sua base em cada nova geração ou equipamentos e sistemas alternativos.

De acordo com o Termo de Aceitação Definitiva da Obra de Expansão, emitido em 7 de agosto de 2019 a obra foi concluída antecipadamente fazendo jus a bonificação conforme Cláusula 20ª do Contrato.

Em 31 de dezembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 os saldos dessa obrigação podem ser assim resumidos:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Parcelas fixas	<b>443.771</b>	374.424
Parcelas variáveis (Movimentação mínima obrigatória)	<b>1.478.748</b>	1.465.306
Total	<b>1.922.519</b>	1.839.730
Parcela no circulante	<b>53.587</b>	49.352
Parcela no não circulante	<b>1.868.932</b>	1.790.378

Durante o exercício de 2019 foram pagos, a título de parcela fixa e variável, os montantes de R\$11.134 e R\$38.615 (R\$9.330 e R\$31.273 em 2018) respectivamente, totalizando um desembolso de R\$49.749 (R\$40.603 em 2018).

As parcelas de longo prazo, referentes à obrigação da concessão, apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

<b>Ano</b>	<b>Saldo</b>
2021	<b>51.980</b>
2022	<b>52.039</b>
2023	<b>52.076</b>
2024	<b>52.076</b>
2025	<b>52.076</b>
2026 a 2030	<b>261.338</b>
2031 a 2035	<b>278.749</b>
2036 a 2040	<b>343.443</b>
2041 a 2045	<b>395.054</b>
2046 a 2048	<b>330.101</b>
<b>Total</b>	<b>1.868.932</b>

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

### b) Intangível

Em 31 de dezembro de 2019, o saldo do intangível relativo à Concessão (vide nota 9) é de R\$1.608.743 sendo R\$2.112.411 de principal e R\$503.668 de amortização acumulada. A despesa de amortização do ativo intangível relativa à concessão, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi de R\$48.905 (R\$55.719 em 31 de dezembro de 2018), e encontra-se registrada sob a rubrica custos e serviços prestados, na demonstração do resultado do exercício.

### 15. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza cível, trabalhista e tributária. Para as causas cuja probabilidade foi considerada como perda provável, foi registrada provisão como a seguir indicado:

	31/12/2018	Adições	Baixas	31/12/2019
Tributárias	5.819	658	(4.653) <sup>1</sup>	1.824
Trabalhistas	5.100	2.752	(1.013)	6.839
Cíveis	6	-	-	6
	<u>10.925</u>	<u>3.410</u>	<u>(5.666)</u>	<u>8.669</u>

- 1 Em junho de 2019 a Companhia baixou integralmente as provisões de contingências referente a desoneração da folha de pagamento do período de setembro a dezembro de 2018 e ao crédito de ISS sobre faturamento que deixaram de ser utilizados por decisão desfavorável em corte superior sendo a provisão integral de R\$ 4.653 paga.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas foram constituídas para fazer face, a processos administrativos e judiciais relacionados a questões fiscais e trabalhistas, com expectativa de perda provável, em valor julgado suficiente pela Administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos, inclusive com possibilidade de realização mais de doze meses sendo transferido o seu saldo do curto para o longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia mantém, ainda, outros processos em andamento, cuja materialização, na avaliação dos assessores jurídicos, é de possível perda, mas não provável, no valor aproximado de R\$ 157,879 (R\$ 182.565 em 31 de dezembro de 2018), para os quais a Administração da Companhia, suportada pela opinião de seus consultores jurídicos, entende não ser necessária a constituição de provisão para eventual perda. Os saldos estão apresentados abaixo, por natureza.

	31/12/2019	31/12/2018
Tributárias	131.878	159.237
Trabalhistas	17.159	13.444
Cíveis	7.536	6.131
Outras	1.306	3.753
	<u>157.879</u>	<u>182.565</u>

No primeiro semestre de 2018 a Companhia foi citada do processo de execução fiscal nº 5013752-24.2018.4.04.7000, que engloba a cobrança de IRPJ/CSLL relacionado à Discussão Despesas da Concessão (exercício sociais de 2009 a 2012, no valor de R\$ 164.615) e Discussão Ágio Aquisição 2011 (meses de novembro e dezembro do exercício social de 2011, no valor de R\$ 5.369). A execução fiscal encontra-se com o juízo garantido (seguro garantia), sendo que na avaliação dos advogados a Discussão Despesas da Concessão possui probabilidade de perda remota e a Discussão Ágio Aquisição 2011 possui probabilidade de perda possível no montante de R\$ 5.369.



## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Em algumas causas em que a Companhia está discutindo judicialmente são efetuados depósitos judiciais conforme requeridos pelos respectivos processos.

Os depósitos judiciais estão registrados como a seguir:

	<b>31/12/2018</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixas</b>	<b>31/12/2019</b>
Trabalhista	2.999	<b>1.761</b>	<b>(1.218)</b>	<b>3.542</b>
Cível e Tributário	1.601	-	-	<b>1.601</b>
	<b>4.600</b>	<b>1.761</b>	<b>(1.218)</b>	<b>5.143</b>

### 16. Outras obrigações

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Adiantamentos de clientes	<b>2.247</b>	1.032
Provisão de bônus	<b>7.495</b>	9.435
Salários a pagar	<b>3.112</b>	2.516
Provisão de férias e 13º	<b>5.818</b>	4.430
Outras obrigações trabalhistas	<b>4.016</b>	2.061
Outras obrigações	<b>40</b>	5
	<b>22.728</b>	19.479

### 17. Impostos e contribuições a recolher

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Contribuição social	<b>385</b>	4.570
Imposto de renda	<b>618</b>	10.528
ISS	<b>2.060</b>	2.549
INSS s/Faturamento	-	330
PIS e COFINS	<b>24</b>	1.159
Outros impostos a recolher	<b>262</b>	2.367
	<b>3.349</b>	21.503

### 18. Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV

Amparada na Lei N.º11.941 de 27 de maio de 2009, a Administração protocolou, em novembro de 2009, seu pedido de opção pelo Programa de Recuperação Fiscal – REFIS IV. A adesão consolidou débitos de PIS e COFINS no montante principal de R\$15.952 dos exercícios de 2002 a 2004, devido a pagamentos com créditos glosados pelo Fisco.

Na esfera judicial, a Companhia pleiteia a validação de tais créditos os quais foram utilizados para compensação dos débitos de PIS e COFINS incluídos no REFIS IV, conforme contestação apresentada por seus consultores legais de que o êxito neste pleito é mais que provável.

A Companhia encontra-se em cumprimento sobre as exigências de manutenção no REFIS.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 as dívidas relativas ao REFIS consolidando multas e juros reduzidos, perfazem os seguintes montantes:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Passivo circulante	1.878	1.878
Passivo não circulante	6.679	8.450
	<u>8.557</u>	<u>10.328</u>

A movimentação dos saldos do REFIS é demonstrada a seguir:

	<u>31/12/2018</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>Amortizações</u>	<u>31/12/2019</u>
REFIS	10.328	1.617	(3.388)	8.557

As parcelas de longo prazo, referentes à obrigação do Refis, apresentam a seguinte composição por ano de vencimento:

<u>Ano</u>	<u>Saldo</u>
2021	1.878
2022	1.878
2023	1.878
2024	1.045
<b>Total</b>	<b>6.679</b>

## 19. Patrimônio Líquido

### a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2019, o capital social autorizado é de R\$109.379 (R\$ 109.379 em 31 de dezembro de 2018), representado por 8.116.936 ações unitárias, ordinárias nominativas.

### b) Reserva legal

Constituída na proporção de 5% do lucro do exercício, limitada a 20% do capital social ou, quando acrescida da reserva de capital, limitada a 30% do capital social. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia constituiu reserva legal no valor de R\$ 2.358 (R\$ 3.057 em 2018).

### c) Dividendos / destinação do lucro

Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo correspondente a 25% do lucro líquido ajustado após constituição da reserva legal, conforme estatuto social da Companhia, nos termos do artigo 22, parágrafo 1º. Em 31 de dezembro de 2019 a Companhia apresentou lucro líquido de R\$ 47.168 (R\$ 61.137 em 2018), o que gerou dividendos mínimos registrados no montante de R\$ 11.202 em 31 de dezembro de 2019 (R\$ 14.520 em 2018). Em assembleia Geral Ordinária realizada no dia 30 de abril de 2019, ficou determinado que o lucro líquido do exercício de 2018 após a constituição da reserva legal ficaria retido, decisão tomada na forma do art. 202, §3º, II da Lei das Sociedades por Ações, ficando a destinação de tal retenção no futuro, integral ou parcial, para distribuição de dividendos aos acionistas mediante deliberação pelo Conselho de Administração da Companhia. Desta forma, os dividendos obrigatórios registrados em 31 de dezembro de 2018 foram estornados em sua íntegra.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Em reunião da administração da Companhia em 26 de dezembro de 2019 foi deliberado sobre a distribuição parcial de dividendos acumulados até 31 de dezembro de 2018 à única acionista da Companhia no valor de R\$ 88.279, totalizando R\$ 99.481 de dividendos a distribuir no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, equivalente a R\$ 12,26 (doze reais e vinte e seis centavos) por ação.

### Destinação do lucro do exercício

	<u>31/12/19</u>	<u>31/12/18</u>
Lucro líquido	47.168	61.137
Reserva legal (5%)	(2.358)	(3.057)
<b>Lucro líquido ajustado</b>	<b>44.810</b>	58.080
<b>Dividendos (25%)</b>	<b>(11.202)</b>	(14.520)
<b>Lucros retidos a distribuir</b>	<b>33.608</b>	43.560

\* A parcela de lucros retidos a distribuir será devidamente destinada durante o exercício de 2020, mediante AGO.

### d) Outras reservas

A constituição das outras reservas no valor R\$8.246 referia-se à segregação dentro do patrimônio líquido para o lucro acumulado proveniente de antiga controlada, antes de sua incorporação, ocorrida em outubro de 2011. Este resultado deriva basicamente do resultado de equivalência patrimonial anterior a esta incorporação. Pela ocasião da compra da Companhia, mencionada na nota explicativa 1, as outras reservas foram revertidas para lucros acumulados.

## 20. Instrumentos financeiros e riscos de mercado

As operações da Companhia compreendem a prestação de serviços de operador logístico de cargas em geral e gestão e operação de portos, terminais, centros de distribuição e outros.

### a. Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço.

Instrumentos financeiros afetados pelo risco de mercado incluem, principalmente, caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos.

#### *Risco de taxa de juros*

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores das aplicações financeiras e dos empréstimos e financiamentos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2019, foram definidos cenários de apreciação e depreciação de 25% e 50%, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base no relatório FOCUS de 30 de dezembro de 2019 (último dia útil do mês) foi extraída a projeção do indexador CDI para os próximos 12 meses e este definido como o cenário provável, sendo que a partir deste foram calculadas variações decrescentes e crescentes de 25% e 50%, respectivamente.

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Fator de Risco	Risco	Saldo	Efeito na receita e despesa financeira (12 meses)			
		31/12/2019	Cenário II (-25%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (-50%)	Cenário V (+50%)
<b>Ativos</b>						
CDI - Aplicações financeiras	Queda do CDI	113.107	(1.680)	1.680	(3.359)	3.359
<b>Passivo</b>						
CDI - Empréstimos e financiamentos	Alta do CDI	495.495	7.358	(7.358)	14.716	(14.716)
Debêntures 3ª série	Alta do IPCA	466.299	1.341	(1.341)	2.681	(2.681)
<b>Posição Líquida/ Impacto Líquido</b>		<b>848.687</b>	<b>7.019</b>	<b>(7.019)</b>	<b>14.038</b>	<b>(14.038)</b>
Taxas de CDI utilizada - %		5,94%	4,46%	7,43%	2,97%	8,91%
Taxas de IPCA utilizada - %		1,15%	0,86%	1,44%	0,58%	1,73%

### Risco cambial

A Companhia possui risco cambial apenas pela exposição de conta corrente bancária em moeda estrangeira, o qual não apresenta impacto material.

### Risco de preço

A presente estrutura tarifária cobrada pelas operações portuárias não é controlada pelo Poder Concedente de forma que os riscos de queda de preços e valor de mercado são significativamente mitigados.

Os principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018 são como segue. O valor contábil se aproxima do valor justo:

	Valor contábil	
	31/12/2019	31/12/2018
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	<b>117.019</b>	252.038
Contas a receber de clientes (nota 5)	<b>60.480</b>	59.779
	<b>177.499</b>	311.817
<b>Passivos financeiros</b>		
Fornecedores	<b>32.522</b>	41.115
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	<b>500.023</b>	648.336
Debêntures (nota 13)	<b>466.299</b>	442.236
Contrato de concessão (Nota 14)	<b>1.922.519</b>	1.839.730
	<b>2.921.363</b>	2.971.417

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

### b. Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber e notas de crédito) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras e outros instrumentos financeiros.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em aberto em 31 de dezembro de 2019 e 2018, bem como não contratou instrumentos desta natureza ao longo dos exercícios mencionados.

Os valores constantes nas contas de ativo e passivo, como instrumentos financeiros, encontram-se atualizadas na forma contratada até 31 de dezembro de 2018 e correspondem, aproximadamente, ao seu valor de mercado.

### c. Risco regulatório

Como consequência de dispositivos contratuais, a Companhia assume como riscos empresariais o volume de movimentações, os montantes despendidos como custos operacionais e a responsabilidade pela obtenção de financiamentos. As operações da Companhia não possuem sazonalidade.

A Companhia desconsidera quaisquer eventos de iniciativa do governo federal que possam afetar a continuidade da exploração do porto. A Administração avalia como remota a possibilidade de um possível ato político que implique no rompimento da relação contratual que prejudique as operações da Companhia.

### d. Risco de liquidez

As concentrações indicam a relativa sensibilidade do desempenho da Companhia a desdobramentos que afetam um segmento de atuação em específico.

Com o objetivo de evitar concentrações excessivas de risco, as políticas e procedimentos da Companhia contemplam orientações específicas para focar a manutenção de uma carteira diversificada. As concentrações identificadas de riscos de crédito são controladas e administradas de acordo.

A tabela abaixo apresenta um sumário do perfil de vencimento dos passivos financeiros da Companhia com base em pagamentos não descontados e previstos em contrato:

	<b>Menos de 1 ano</b>	<b>Entre 1 e 2 anos</b>	<b>Entre 2 e 5 anos</b>	<b>Acima de 5 anos</b>	<b>Totais</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>					
Contrato de concessão (nota 14)	<b>53.587</b>	<b>104.019</b>	<b>156.227</b>	<b>1.608.686</b>	<b>1.922.519</b>
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	<b>261.873</b>	<b>118.150</b>	<b>120.000</b>	-	<b>500.023</b>
Debêntures (nota 13)	<b>49.825</b>	<b>130.795</b>	<b>285.679</b>	-	<b>466.299</b>
Fornecedores	<b>28.434</b>	<b>2.725</b>	<b>1.363</b>	-	<b>32.522</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>					
Contrato de concessão (Nota 14)	49.352	99.510	149.641	1.541.227	1.839.730
Empréstimos e financiamentos (Nota 12)	163.529	304.807	180.000	-	648.336
Debêntures (nota 13)	32.075	-	410.161	-	442.236
Fornecedores	41.115	-	-	-	41.115

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

### e. Gestão de capital

O objetivo da gestão de capital da Companhia é assegurar o início e a continuidade de suas atividades a fim de suportar os negócios da Companhia e maximizar o valor aos acionistas. A Companhia controla sua estrutura de capital fazendo ajustes e adequando às condições econômicas atuais. Para manter ou ajustar esta estrutura, a Companhia poderá com base nas projeções ajustar os pagamentos de dividendos aos acionistas, devolver capital a eles ou emitir novas ações.

A Companhia inclui dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos, debêntures, financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras.

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Empréstimos e financiamentos (nota 12)	500.023	648.336
Debêntures (nota 13)	466.299	442.236
Caixa e equivalentes de caixa (nota 4)	(117.019)	(252.038)
Dívida líquida	<u>849.303</u>	<u>838.534</u>
Patrimônio líquido (nota 19)	<u>208.136</u>	<u>245.929</u>
Patrimônio líquido e dívida líquida	<u>1.057.439</u>	<u>1.084.463</u>
Quociente de alavancagem	80%	77%

## 21. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

O lucro diluído por ação é calculado através da divisão do lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício.

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 a Companhia não possuía instrumentos diluidores do lucro.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo dos lucros básico e diluído por ação:

	<u>31/12/2019</u>	<u>31/12/2018</u>
Lucro líquido do exercício	47.168	61.137
Média ponderada das ações	8.116.936	8.116.936
Lucro por ação - básico e diluído (R\$)	<u>5,81</u>	<u>7,53</u>

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

### 22. Receita operacional líquida

Abaixo segue a conciliação da receita bruta e líquida para os exercícios findos em 2019 e 2018:

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Operações de cais	<b>386.538</b>	347.198
Armazenagem	<b>149.874</b>	178.310
Outros	<b>187.455</b>	199.487
Total da receita bruta	<b>723.867</b>	724.995
Deduções da receita:		
Impostos federais	<b>(31.096)</b>	(39.652)
Impostos municipais	<b>(23.552)</b>	(23.230)
Comissões	-	(3.243)
Cancelamento de serviços prestados	<b>(401)</b>	(1.465)
Total das deduções	<b>(55.049)</b>	(67.590)
Receita operacional líquida	<b>668.818</b>	657.405

### 23. Despesas operacionais por natureza

	<b>31/12/2019</b>	<b>31/12/2018</b>
Custos dos serviços prestados	<b>(318.178)</b>	(290.898)
Despesas com vendas	<b>(1.055)</b>	(1.261)
Despesas administrativas	<b>(60.782)</b>	(48.112)
Total das despesas	<b>(380.015)</b>	(340.271)
Despesas por natureza:		
Custos do serviço prestado	<b>(67.969)</b>	(68.807)
Despesas gerais	<b>(34.342)</b>	(25.301)
Amortizações e depreciações	<b>(117.330)</b>	(111.302)
Despesas com pessoal	<b>(101.098)</b>	(83.177)
Despesas com combustível	<b>(12.927)</b>	(11.767)
Despesas com manutenção	<b>(19.631)</b>	(16.958)
Energia elétrica	<b>(26.310)</b>	(24.273)
Provisão/perda devedores duvidosos	<b>(408)</b>	1.314
Total das despesas	<b>(380.015)</b>	(340.271)

## TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

### 24. Resultado financeiro

	31/12/2019	31/12/2018
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos sobre o contrato da concessão	(145.518)	(160.135)
Despesas bancárias e descontos concedidos	(13.591)	(10.295)
Juros s/empréstimos	(38.815)	(50.526)
Juros s/mútuo	(140)	-
Juros s/ debêntures	(54.580)	(59.366)
Variação cambial / monetária	(400)	(843)
Pis/Cofins sobre receita financeira	(521)	(1.479)
Custo das debêntures e empréstimos	(7.432)	(9.316)
Juros leasing	(273)	-
Outras	(3.151)	(7.328)
<b>Total</b>	<b>(264.421)</b>	<b>(299.288)</b>
<b>Receitas financeiras</b>		
Aplicação financeira	7.207	21.705
Variação cambial ativa	456	112
Juros recebidos	93	2.124
Juros ativos	2.942	7.613
Juros s/mútuo	27	304
Variação sobre o contrato da concessão	12.889	29.257
Outras	929	46
<b>Total</b>	<b>24.543</b>	<b>61.161</b>
<b>Resultado financeiro líquido</b>	<b>(239.878)</b>	<b>(238.127)</b>

### 25. Outras receitas e despesas operacionais, líquidas

	31/12/2019	31/12/2018
Recuperação de despesas (PIS/COFINS)	17.244	9.619
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(2.187)	(718)
Crédito PIS COFINS <sup>(2)</sup>	12.371	7.647
Baixa líquida de depósitos judiciais / provisão para riscos	(1.323)	(153)
Baixa de ativo imobilizado	(2.059)	(21.209)
Recebimento Sinistro-gastos com desmontagem <sup>(1)</sup>	-	28.969
Outras	216	(4.810)
Acordo trabalhadores avulsos <sup>(3)</sup>	-	(8.565)
	<b>24.262</b>	<b>10.780</b>

1. Refere-se ao recebimento de indenização e respectiva baixa dos equipamentos (portêineres) avariados no acidente ocorrido em dezembro de 2016, quando houve uma tempestade em Paranaguá que fez com que 3 portêineres descarrilhassem dos trilhos. O seguro recebido corresponde à totalidade das perdas. Além desse fato, em agosto de 2018 houve também a baixa do portêiner 04 o qual foi descontinuado da operação por obsolescência.
2. Durante o exercício de 2018 a Companhia realizou o levantamento de créditos tributários relacionados a apropriação de PIS/COFINS sobre os valores pagos relacionados a concessão portuária nos últimos 5 anos. As análises se basearam na possibilidade de a Companhia ter direito a apropriação de COFINS junto a estes pagamentos considerando os aspectos mencionados pela consultoria em seu memorando suporte. Desta maneira, a Companhia estimou os valores do período de julho de 2014 até junho de 2017, visto que após este mês a Companhia passou a apropriar este crédito em sua apuração de PIS/ COFINS. No exercício de 2019 a Companhia realizou levantamento de créditos extemporâneos de PIS e COFINS sobre receitas isentas que foram tributadas nos últimos 5 anos.



## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

---

3. Em 12 de janeiro de 2017 a Companhia firmou acordo coletivo com o CONFEPAR – Sindicato dos Conferentes de Carga e Descarga nos Portos do Paraná e em 21 de agosto de 2018 a Companhia firmou acordo com o SINDESTIVA – Sindicato dos Estivadores de Paranaguá e Pontal do Paraná o qual gerou uma despesa de R\$10.250, além desse montante o acordo prevê o pagamento de R\$13.000, referente ao Plano de Vinculação, os quais estão divididos em cinco ternos, sendo que esses pagamentos estão atrelados a movimentação mínima de contêineres e cada terno precisa respeitar um intervalo mínimo de 12 meses. Com estes acordos renunciaram-se os direitos relacionados ao trabalho avulso passando os colaboradores portuários a ter o TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S/A, como seu único e exclusivo empregador. Assim, os mesmos não integram o sistema OGMO e nele não poderão ingressar em razão do contrato de emprego mantido com a Companhia. Em virtude da mudança no modal contratual, caracterizada pela transição da mão de obra avulsa para vinculada, o TCP compromete-se a pagar indenizações a título de danos materiais e morais, para cada trabalhador portuário avulso pertencente à atividade de conferência de carga e descarga, com cadastro/registro ativo no OGMO/PGUÁ. Com o recebimento dos valores previstos os trabalhadores portuários avulsos dão, individualmente, plena e geral quitação, para nada mais reclamar em qualquer foro ou instância. A opção pelo acordo é irrevogável e irretroatável.

### **26. Seguros**

Em conformidade com o Contrato de Arrendamento do Terminal Portuário, o TCP contratou Seguro de Operador Portuário para garantir danos, indenizações e custas processuais em relação ao desenvolvimento das atividades pertinentes ao arrendamento. O seguro possui valor de até US\$25 milhões, sendo que as importâncias seguradas e seus limites de indenização máximos foram avaliados por perito terceirizado.

#### **Objeto da apólice**

Garantia de indenização, até o valor fixado na Apólice, dos prejuízos decorrentes do inadimplemento do Tomador referente às obrigações assumidas no Contrato de Arrendamento nº 020-98 e Primeiro ao Décimo Primeiro Termos Aditivos ao referido Contrato, para o arrendamento, a implantação, a administração e exploração do Terminal de Veículos e Contêineres no Porto de Paranaguá, destinado à movimentação e armazenagem de veículos automotivos e contêineres, conforme Cláusula Primeira - Objeto do referido Contrato.

Além disso, a Companhia possui um Seguro Garantia para garantir os pagamentos das parcelas fixas e variáveis no valor de até R\$22,6 milhões para garantir eventuais contingências judiciais na esfera tributária a empresa possui seguro com valor de cobertura no montante de R\$ 209 milhões, com vigência até 3 de junho de 2024.

A suficiência da cobertura de seguros é de responsabilidade da Administração da Companhia, que a considera adequada para cobrir eventuais sinistros.

## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

---

### **Declaração dos diretores sobre as demonstrações financeiras**

Em observância as disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as Demonstrações financeiras, referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, elaboradas pela Administração da Companhia.

Curitiba, 23 de março de 2020.

Haisheng Shi

*Diretor Presidente*

Shenglan Yao

*Diretora Financeira*

## **TCP – Terminal de Contêineres de Paranaguá S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

---

### **Declaração dos diretores sobre o relatório dos auditores independentes**

Em observância as disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019.

Curitiba, 23 de março de 2020.

Haisheng Shi

*Diretor Presidente*

Shenglan Yao

*Diretora Financeira e de Relações com Investidores*